

UMA ANÁLISE SOBRE UM CLÁSSICO DE LITERATURA BRASILEIRA EM TEMPOS DE DITADURA E LUTA ARMADA: OS CARBONÁRIOS

THE ANALYSIS OF A CLASSIC OF BRAZILIAN LITERATURE DURING THE DICTATORSHIP AND ARMED STRUGGLE: THE CARBONARI

Marcelo Marcon¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise de um dos principais clássicos de literatura de testemunho do período da ditadura civil-militar brasileira, em especial, dos chamados “Anos de Chumbo”. O autor, Alfredo Sirkis, relata sua experiência entre outubro de 1967 e maio de 1971, tendo como foco, em especial, o movimento estudantil de 1968 e a ação repressiva da ditadura civil-militar e a luta armada contra a ditadura. A obra, que descreve como Sirkis, um jovem secundarista torna-se um guerrilheiro urbano, fora premiado e tornou-se um best-seller brasileiro, e será neste artigo analisado a partir de bibliografias que relacionam o a literatura de testemunho com o conhecimento histórico.

Palavras-chave: Alfredo Sirkis. Anos de Chumbo. Literatura de Testemunho. Os Carbonários.

ABSTRACT

This paper aims to analyze of one of the main classics of the testimony literature created during the Brazilian civil-military dictatorship period, the so-called “Anos de Chumbo”. The author, Alfredo Sirkis, tells about his experience between October 1967 and May 1971 especially by focusing on the student movement of 1968 and the repressive actions of the military regime and in the armed fight against the dictatorship. The book, which describes how Sirkis, a young high school student becomes an urban guerrilla fighter, was awarded and it became a Brazilian bestseller, and it will be analyzed in this article with works relating to the testimony literature and also with historical knowledge.

Keywords: Alfredo Sirkis. “Anos de Chumbo”. Testimony literature. The Carbonari.

INTRODUÇÃO

A obra *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis, relata um período da vida do autor em que este esteve envolvido com o movimento estudantil, e mais tarde, com a luta armada, durante os anos de Chumbo da ditadura civil-militar brasileira. Na obra, Sirkis detalha como passou de um estudante

¹ Mestre e Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo. Áreas de interesse: História Política; História e Imprensa; Brizolismo; Trabalho.

liberal, influenciado pelo pensamento anticomunista de seu pai, à líder estudantil de esquerda.

Com o golpe em 1964, Sirkis passa a engajar-se com a luta do movimento estudantil, e já em 1968, com o estabelecimento do Ato Institucional 5 (AI5), torna-se um dos principais líderes desse movimento. Em *Os Carbonários*, ele relata em detalhes sua trajetória de luta contra o regime, em um período que compreende 43 meses, de outubro de 1967 a maio de 1971.

Assim, com base no conceito de literatura de testemunho, e o tratamento do testemunho como fonte histórica, passaremos a analisar esta obra. Para a história do tempo presente, que se equivale aos eventos ocorridos a partir do final da 2ª Guerra Mundial, o testemunho possui um grande valor, visto a sua importância para compreensão de uma história que ainda vive fisicamente, e repercute diretamente com os envolvidos nos fatos.

Para Jean-Philippe Pierron:

Em história, o testemunho é ao mesmo tempo o que se deve superar e o insuperável. O motivo dessa contradição baseia-se tanto na ideia daquilo que se deve transmitir como nos limites da história. Em que medida o conhecimento histórico está em condições de dar conta de um acontecimento? Reconhecendo que o passado é, passado, como tornar presente o essencial do que ocorreu? De que, afinal, o testemunho testemunha?²

A afirmação de Pierron atua no sentido de esclarecer que o testemunho é uma fonte de informação da qual é preciso verificar a veracidade. Para o historiador, é preciso que o testemunho seja objeto de crítica, visto que a sinceridade do testemunho não garante sua verdade, pois se pode enganar-se sinceramente³.

1 Ditadura Militar e os anos de repressão: o Ato Institucional nº 5

Antes de adentrarmos na literatura de testemunho da obra *Os Carbonários*, se faz necessário contextualizar o período que definimos como ditadura civil-militar, nesse caso, analisaremos, especialmente os anos de 1968-1979, entre o AI-5 e a anistia política.

Em 1964, após uma série de eventos que buscavam atrelar o então

² PIERRON, Jean-Philippe. *Transmissão: uma filosofia do testemunho*. São Paulo: Loyola, 2010. p. 127.

³ Ibidem, p. 128.

presidente João Goulart com o socialismo, em uma reação as propostas das reformas de base, que abrangiam os setores econômicos, agropecuários, fiscais e educacionais, e ao não-alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, em um contexto de guerra fria, setores das forças armadas, apoiados por grande parte da imprensa, tomou o poder, depondo João Goulart e iniciando um regime que perduraria por 21 anos.

Os presidentes militares governaram a partir dos chamados Atos Institucionais, isto é, decretos que davam plenos poderes para decisões do presidente da República, sem necessidade de ser aprovado pelo Congresso Nacional. O maior deles, e mais rigoroso, foi o Ato Institucional nº 5, baixado no dia 13 de dezembro de 1968. Segundo Marcelo Ridenti:

O AI-5 significou a quebra da legalidade imposta pelo próprio regime, dava poderes quase ilimitados ao presidente da República, por exemplo, para legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender o habeas corpus em crimes contra a segurança nacional, julgar crimes políticos em tribunais militares, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos.⁴

Ou seja, o AI-5 permitiu ao presidente amplos poderes para governar como julgasse necessário, eliminando da vida pública, ao menos temporariamente, políticos que representassem alguma ameaça ao governo. É nesse contexto que, após cassar mandatos políticos, o aparato repressivo criado pelos militares iniciou sua fase mais obscura.

Segundo Mariana Joffily, o primeiro núcleo militar especializado na ação repressiva foi criado durante a transição do governo Castelo Branco para o governo Costa e Silva, em São Paulo, por ocasião do início das ações praticadas pela esquerda armada. Em julho de 1969, o núcleo ampliou-se e recebeu o nome de Operação Bandeirante (Oban), sendo beneficiada pelo AI-5, que decretou o fim do habeas corpus para crimes políticos, permitindo a criação de órgãos repressivos em todo o país: os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs)⁵.

A autora cita algumas características principais do sistema repres-

4 RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

5 JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 163.

sivo da ditadura militar:

Em primeiro lugar, a militarização: membros do exército ocuparam variados cargos ligados à área de informações, com a particularidade de que os cargos de chefia foram todos preenchidos por oficiais superiores. Em segundo, a especialização na montagem de um sistema coercitivo voltado das Forças Armadas e policiais sua estrutura era enxuta, mas congregava diversos saberes e permitia que fossem ativados, quando necessário, efetivos de diferentes unidades policiais e militares. Em terceiro lugar, a centralização das operações em órgãos criados para esse fim. Por fim, a sistematização dos esforços de repressão à dissidência, com a montagem de um conjunto de instituições de informações e segurança, o que denota a importância atribuída ao crime político durante a ditadura militar.

Em reação aos atos usados pela ditadura, organizaram-se no país grupos de resistência, como o que Alfredo Sirkis fazia parte, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) comandado por Carlos Lamarca⁶, que teve como principais ações o sequestro de embaixadores. Nesse caso, a resistência armada teve como participantes principalmente, jovens que faziam parte de movimentos estudantis e de movimentos de esquerda.

Segundo Vitor Amorim de Ângelo, a esquerda armada durante a ditadura militar se formou a partir de uma crítica a linha política adotada pelo PCB, acreditando que não eram suficientes reformas no sistema político e econômico vigente, mas sim a destruição de instituições burguesas e a adoção de uma estratégia, através da luta armada, para a esquerda chegar ao poder. Essa “esquerda revolucionária” teve origem, em parte, de membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e na Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop)⁷. É nesse contexto que ocorreu a criação da VPR, que passaremos a analisar possuindo como fonte o depoimento de Alfredo Sirkis.

6 Carlos Lamarca foi um dos principais expoentes da esquerda armada no Brasil, sendo líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Iniciou sua carreira no meio militar, desertando das Forças Armadas em 1969, passando a iniciar movimentos de luta armada no mesmo ano. Lamarca foi um dos fundadores da VPR, um dos principais movimentos de luta armada no país durante a ditadura, marcada pelo sequestro de embaixadores em troca da libertação de presos políticos.

7 ÂNGELO, Vitor de Amorim. *Esquerda armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica recente*. *Dimensões*, v. 32, p. 52-78, 2014.

2 Os Carbonários: testemunho sobre os Anos de Chumbo

Na obra “Os Carbonários”, Alfredo Sirkis cria um detalhado relato de testemunho dessa época conturbada da história brasileira, em que este se vê em meio a luta contra a ditadura civil-militar, e de participante, torna-se um dos principais líderes do movimento estudantil, em que tem que lidar com os desafios do movimento e o constante perigo de ser preso ou morto pelo regime.

Segundo o autor, os carbonários foram grupos que apareceram no início do século XIX em reinos da futura Itália. Seus grupos foram constituídos por jovens aprendizes, oficiais e suboficiais dos exércitos italianos, profissionais liberais, artesões e padres do campo. Participaram de revoltas em 1820, 1821, e 1831. Na época, lutavam contra um pacote de medidas impostas pelo governo Leão XII, em que reprimiu o estado laico, fechou escolas, proibiu a vacina da varíola e decretou um “pacote” de medidas de exceção, como o estado de sítio, o toque de recolher e o fechamento de tabernas⁸.

Segundo ele, apesar de derrotados, esses guerrilheiros evocaram ao autor diversas analogias com contextos distantes e posteriores, promovendo, desse modo, a escolha do nome para seu livro, referindo-se aos carbonários do século XIX e os guerrilheiros do período ditatorial, em que este fez parte. Percebe-se, na leitura do livro, que o autor considera o movimento estudantil e o movimento guerrilheiro como grandes feitos que se aproximam dos feitos dos carbonários.

Sua luta no movimento estudantil ganha impulso quando do fechamento do Grêmio Estudantil do colégio em que frequentava, o CAP, o Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade do Brasil. O grêmio fora fechado acusado de subversão. Sirkis afirma que em 1968, o ano letivo começou em clima de excitação, e que passaram a reivindicar a volta do grêmio estudantil, e das aulas de sociologia e história, que haviam sido reprimidas⁹:

Surpreendentemente, as reivindicações foram aceitas sem pestanejar, pela diretora, que começou o ano cautelosa. Restituiu as aulas reivindicadas, mas recusou-se a sequer discutir a reabertura do grêmio. Queríamos o grêmio e logo nos primeiros dias pintou comício relâmpago no pátio coberto. Fui indicado pra falação, pois – segundo o Minc –, como “ex-liderança da direita”, era o mais indicado para sensibilizar

8 SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008. p. 37.

9 SIRKIS, 2008, p. 83

outros setores que não a esquadinha do colégio. Comecei relativamente bem, mas lá pelas tantas empaquei, não conseguia sair mais nada. Providencialmente a claue começou a bater palmas e a gritar GRÊMIO LIVRE! GRÊMIO LIVRE! E o vexame foi consideravelmente atenuado¹⁰.

Assim, Sirkis narra a forma como se tornou um líder estudantil e adentra nesse meio, passando a se dedicar diariamente à causa. As ações passam a intensificar-se com o decreto do Ato Institucional 5, o AI5, ou como define o autor, o golpe dentro do golpe. Ainda assim, Sirkis e seus companheiros acreditavam que ainda não era hora de partir para a luta armada, limitando-se a realizar discursos nos movimentos estudantis e a picar muros.

Pensaram, então, em se organizar numa estrutura clandestina intercolégios, realizando trabalhos nos subúrbios e favelas, formado a partir do foco rural e necessitando do apoio político das cidades, do movimento de massas.

O autor relata os conflitos em que teve com sua família pela opção das manifestações. Seu pai, ferrenho anticomunista, e sua mãe, dona de casa obediente ao marido, acreditavam que era possível fazer Sirkis desistir da luta e então, sua mãe o inscrevera na Sorbonne em Paris. Porém, o autor relata que, apesar de considerar uma excelente oportunidade, a pretensão das férias em Paris contrariava as exigências do processo revolucionário¹¹.

Em uma reunião, após Sirkis manifestar aos seus companheiros o desejo de viajar, afirmando que ajudaria em sua formação política e que sua ausência não prejudicaria o trabalho, foi duramente criticado por um dos seus aliados, Ernesto:

Ele ouviu até o fim e depois estigmatizou implacavelmente os mil e uns desvios pequeno-burgueses nos quais eu incorria. Falou apaixonadamente dos operários, dos camponeses que nem sabiam que Paris existia, que passavam fome. Do momento vital, histórico, único que vivia o proletariado. Eu tinha que optar. Escolher a luta ou a vida burguesa. Ir para Paris, deixar-me levar pelos impulsos de classe, ou optar pela Revolução, de maneira clara, inequívoca, sem hesitações¹².

Sirkis decidiu então aproveitar o momento para fazer uma auto-

¹⁰ SIRKIS, 2008, p. 83

¹¹ Ibidem, p.147.

¹² Ibidem, p.147.

crítica, reafirmando-se como líder e esquecendo-se da viagem a Paris. Na ocasião, ele afirma ser um pequeno burguês, que se deixou levar pelas deformações da classe e pressão da família ao achar que podia tirar férias, quando sabe que o revolucionário não tira férias. Ao contar pra sua mãe que desistira do curso, e prontamente arrumar uma briga com ela, Sirkis diz que não podia pensar apenas em sua mãe, mas em todas as mães da classe trabalhadora¹³.

Para Pierron:

O testemunho apresenta uma faceta relacional. Não há testemunho sem diálogo, pois não se é testemunha para si, nem testemunha sozinha. O testemunho é também um testemunho diante e para os outros. Este último aspecto, ligado à intersubjetividade, acentua a recepção e a interpretação do testemunho. Este deve ser criticado, interpretado e discutido por aqueles que o recebem. Essa pluralidade de testemunhos está então em condições de alimentar o mundo comum e a discussão pública. Não seria isto, aliás, que permitira pensar uma ética do testemunho como algo que precede a ética da discussão? Pois o que se discute, entre nós, se não aquilo que atestam publicamente as testemunhas? Não é isso que faz do testemunho uma figura da mediação, fazendo que uma história singular se torne, de repente, suscetível de tocar e envolver outras histórias, num momento de transmissão que inaugura a possibilidade de um mundo comum? A testemunha não é aquela que faz sua a frase de Mallarmé: “introduzir-me em tua história”?¹⁴

Com base nessa afirmação de Pierron, entendemos que o testemunho deve ser fonte de crítica por parte de quem o recebe e analisa, principalmente pela carga emocional com qual este está carregado, o que pode fazer o autor a insurgir em relatos que fogem da reconstrução dos fatos.

Sirkis afirma que ingressara na causa, e ao demonstrar desejo de viajar, de libertar-se dos ares da ditadura, e ser prontamente repreendido por estar fugindo das obrigações que havia assumido, aproveita o episódio para culpar as tentações e deformações da classe e pressão da família como motivo pelo desejo, e logo passa a afirmar que o revolucionário não tira férias.

A partir desse momento, Sirkis intensifica sua “opção de classe”. Entre 1968 e 1969, realizaram diversas manifestações, e já em 1970, Sirkis e

13 Ibidem, p.147.

14 PIERRON, Jean-Philippe, 2010, p. 20.

seu grupo ingressam na Vanguarda Popular Revolucionária, que tinha como líder Carlos Lamarca. Assim, passam a participar intensamente da resistência armada contra a ditadura.

Em uma obra clássica como é o caso de *Os Carbonários*, por se tratar de um período ditatorial e de extrema violência contra os movimentos que contestavam a ditadura civil-militar, e pela forma como é escrita, podemos, como disse Cláudio Elmir, ao analisar o caso de Binjamim Wilkomirski¹⁵, levar-nos à perigosa conclusão de que histórias são escritas, na forma como o são, “tendo em vista uma suposta expectativa de recepção favorável a elas”.

Ainda segundo Cláudio Elmir:

Nenhum historiador pode se eximir, na tarefa de escrutinar o texto (documento), da perseguição das múltiplas intertextualidades que ele é capaz de fazer acessar. O diálogo intertextual pode ser um eficaz mecanismo de romper com a ordem (aparentemente perfeita) vigente no interior do texto. É bastante conhecida a ideia de que a coerência interna é um critério frágil para o estabelecimento da evidência no trabalho do historiador. A reiteração do “mesmo” é apenas aquilo que ela pode ser, a saber, uma operação tautológica incapaz de fazer ver as fissuras do relato. Tratando-se aqui de um relato autobiográfico, a vontade de imprimir ordem no testemunho, pelo autor, pode prejudicar o valor epistemológico de uma crítica, quando esta de afigura complacente com este propósito¹⁶.

Dessa forma, Elmir exemplifica como o historiador deve examinar as intertextualidades e a coerência interna do texto, sem deixar-se levar pelo relato como se este fosse verdade. O relato de testemunho, por se tratar de uma história em que o autor conta exatamente o que ele acredita ter acontecido, o que está presente em sua memória, deve ser examinado tendo em vista o que o autor escolheu tornar verdade em sua memória, bem como os fatos externos que este escolheu, mesmo que inconscientemente, ocultar.

Sirkis adentra em sua memória a sua participação na luta contra a ditadura civil-militar brasileira, primeiramente através do movimento estudantil, e após, pela luta armada. Percebe-se que em várias ocasiões, ele se coloca como alguém que entrou naturalmente, que sua ascensão a condição de líder estudantil e guerrilheiro teria acontecido naturalmente.

15 ELMIR, Cláudio. O caso Binjamim Wilkomirski: a dupla invenção da memória. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.28, p. 45, dez. 2008.

16 ELMIR, 2008, p. 46.

O principal ato de resistência armada da qual Sirkis participou, na condição de líder, e narra detalhadamente em *Os Carbonários*, é o sequestro do então embaixador da Alemanha Ocidental, Erenfried von Holleben. O grupo aproveitou a atenção de todos na Copa de Futebol de 1970, durante um jogo do Brasil, para sequestrar o embaixador. Na ação, foi morto um dos seus guarda-costas.

Após, capturá-lo, o levaram para uma Kombi, onde Sirkis fez seu primeiro contato com o embaixador e se tornou o responsável por falar com ele, uma vez que era o único que falava inglês:

-Caixote! Num piscar de olhos, abrimos as portas laterais da Kombi e o colocamos no chão. Daniel surgiu na minha frente; trazendo pela mão um senhor muito comprido de terno cinza em desalinho e olhos míopes assustados. Reconheci facilmente Erenfried Von Holleben, o embaixador da Alemanha, que já vira num noticiário de cinema, depositando flores no Monumento dos Pracinhas. Peguei os óculos dele, que o companheiro me passou, e apontei para o caixote aos seus pés. -Inside, please. It's just a short trip, soon we'll reach a house. You are going to be well treated¹⁷¹⁸.

O grupo levou o embaixador para uma casa onde o manteve e envia um comunicado ao governo que apenas o libertaria com a soltura de 40 presos políticos. Desde o princípio, o embaixador mantém-se calmo, afirmando que sabe que o governo alemão agirá como necessário, e que espera que as autoridades brasileiras atuem como no caso Elbrick, embaixador americano que também fora sequestrado¹⁹.

Sirkis conversa com o embaixador, afirmando que também espera o mesmo, e que essa ação seria necessária como tentativa de salvar os presos políticos que estão sofrendo tortura e sendo assassinados. De imediato, o embaixador responde que não aprova tortura, que já escreveu relatórios para o governo alemão sobre direitos humanos no país.

Na manhã seguinte, eles ouvem a notícia no rádio:

Terroristas fortemente armados acabam de sequestrar, em Santa Tereza, o embaixador da República Federal alemã, Erenfried Von Holleben. Um dos guarda-costas foi morto e outros dois feridos. Os órgãos de segurança já estão de-

17 Para dentro, por favor. É uma viagem curta, logo chegaremos a uma casa. Você será bem tratado.

18 SIRKIS, 2008, p. 247.

19 SIRKIS, 2008, p. 250.

sencadeando, em toda cidade, uma gigantesca operação de busca, para localizar os sequestradores, que fugiram a bordo de um Opala azul e de um Volkswagen vermelho. O Ministério da Justiça já anunciou para esta noite uma nota oficial sobre os acontecimentos.

O grupo comemorou o fato de não haver nenhuma notícia sobre a Kombi, e então, enquanto esperavam o comunicado do governo brasileiro, Sirkis aproveitou para conversar por bastante tempo com o embaixador, explicando as suas razões para o ato. Sirkis afirmou que não havia outra maneira de salvar os presos políticos, e passou a criticar o governo alemão, dizendo que o mesmo se beneficiava da situação do Brasil para beneficiar-se com os capitais estrangeiros, aproveitando-se da falta de regulamentação dos investimentos, do baixo preço da mão-de-obra, do arrocho salarial²⁰.

Sirkis continuava com sua argumentação, afirmando que o embaixador precisava passar uns dias na casa de um peão da Wolks, que trabalha 10, 12 horas por dia, eram vigiados no trabalho, sofriam acidentes de trabalho diariamente e eram tratados como animais, que produziam superlucros para multinacionais e bancos, afirmando que os alemães, americanos e japoneses tiravam grandes lucros dessa situação.

Para o autor, o embaixador animou-se com a conversa, e tratou de imediato de rebater as críticas ao governo alemão:

Está bem, meu jovem, mas essas coisas não acontecem na Alemanha. Lá os operários têm os seus direitos. Seu próprio partido está no governo, há vários anos. Não tenho culpa da situação do seu país. Sou um homem favorável à democracia, mas na América Latina isso não é muito fácil. O seu país tem um enorme potencial e nós estamos ajudando-o a se desenvolver. Trazemos capitais, know-how, tecnologia de ponta para a indústria²¹.

O embaixador demonstra-se animado com a conversa e disposta a explicar porque defende que o problema é o próprio governo brasileiro, e não da interferência de países como a Alemanha. Afirma que se os trabalhadores são maltratados, é culpa dos próprios brasileiros, que na Alemanha as empresas se adaptam às leis do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, afirma que há vantagens grandes para os capitais estrangeiros, mas que

20 Ibidem, p. 256.

21 Ibidem, p.257.

isso não quer dizer que a República Federal Alemã esteja contente com a ditadura civil-militar²².

O embaixador afirma que preferia se o governo brasileiro fosse de civis eleitos, que não gostam de governos militares, pois consideram que estes são gente de pouca cultura, pouco aptos a governar. “São brutais e imprevisíveis. Quem sabe um governo civil fosse melhor para o Brasil? Mas esse é um problema de vocês brasileiros, eu sou o embaixador alemão e não tenho nada a ver com isso”²³.

Von Holleben questiona ainda a violência e o extremismo com que agiram o grupo, afirmando que a violência não resolve nada, no qual Sirkis prontamente responde: “Mas pelo visto, resolve sim. Foi a violência que esse regime se impôs, derrubando um governo constitucional, em 64. É pela violência que tem se mantido nesses últimos seis anos”. Em relação à influência de países como a Alemanha e o seu interesse no investimento de capital estrangeiro, Sirkis insiste: “E não adianta o senhor lavar as mãos. Insisto em que o imperialismo alemão se beneficia da triste situação do nosso país. Os capitais, a tecnologia, estão aí para gerar lucros para os investidores, não para ajudar no nosso desenvolvimento”²⁴.

Nesse momento, Sirkis contradiz o objetivo que este afirmara vir lutando todo esse tempo, a luta contra a violência que vinham sido vítimas seus companheiros. No decorrer do texto, ele admite que não tinha convicção se o movimento a qual fazia parte realmente cumpria com a luta que se propunha.

A essa altura, o embaixador irrita-se com Sirkis, afirmando que isso era um absurdo nacionalismo, que não teria mais lugar no mundo moderno. Apesar de permanecer calmo em relação à atitude com o grupo, o embaixador demonstrava, segundo Sirkis, ansiedade para que o sequestro tivesse logo um fim. Finalmente, o governo brasileiro decidiu libertar os quarenta presos políticos, e após alguns dias entre a ida dos presos para Argel, e a dificuldade em conseguir um carro para libertar o embaixador, este fora liberto²⁵.

Sirkis passa a denunciar o aumento do número de torturas em um período em que o povo estava animado com a Copa do Mundo de 1970, e o governo aproveitara para criar leis mais rígidas para a censura:

Na pausa do futebol, bombardeavam os milhões de torce-

22 SIRKIS, 2008, p.258.

23 Ibidem, p.258.

24 Ibidem, p.258.

25 Ibidem, p.280.

dores com uns temas bem para lá do nobre esporte bretão. O governo Médici criara um novo DIP, a AERP, que determinava o tom e os assuntos que se deviam dizer, dívida trabalho com a Censura. Enquanto os policiais presentes nas redações e estações cortavam o que não se podia dizer, o novo DIP dava a dica do que era conveniente, quando não obrigatório, difundir. Símbolo máximo da sua produção ufanista: o slogan BRASIL, AME OU DEIXE-O. Também a frase histórica do primeiro dignatário do gol da vitória: NINGUÉM SEGURA ESTE PAÍS [...] O que ninguém segura, na verdade, era a entrada massiva de capital estrangeiro, que fazia crescer, a índices nunca vistos, a produção de bens de consumo moderno e duráveis para a classe rica e média, e criava um sistema de crédito ao consumidor, um mercado de elite em franca expansão²⁶.

Com o endurecimento da ditadura, Sirkis e seus companheiros intensificam-se na luta armada, passando um ano na clandestinidade, dedicando a sua juventude a “uma causa e uma organização sanguinária”, conforme ele próprio descreve. Nesse período, conviveu com “homens que pretendiam incendiar a Petrobras, assassinar friamente brasileiros em covarde represália pelo desbaratamento das suas organizações fraticidas”²⁷.

Ainda em 1970, em dezembro, o grupo sequestra o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Dessa vez, pediram a libertação de setenta presos políticos, a divulgação de um manifesto através dos meios de comunicação e o transporte gratuito durante um dia de passageiros nos trens da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para Sirkis, este sequestro foi mais tenso que o último, visto que havia uma pressão por parte de seus companheiros de executar o embaixador caso as reivindicações não fossem completamente atendidas. Mas o caso do embaixador suíço “era totalmente diferente e a sua “transferência” seria uma tragédia de consequências incalculáveis, política e humanamente. Seria, de certa forma, nos nivelarmos com os que matavam a sangue-frio nossos companheiros”²⁸.

A razão por escolher justamente o embaixador suíço era pelo fato da Suíça ser considerada pelo grupo a “quarta investidora na miséria do povo”. Antes já haviam sequestrados os embaixadores do Japão, Estados Unidos e Alemanha, respectivamente os países que também seriam responsáveis por aproveitar-se dos trabalhadores brasileiros a partir da entrada de

26 SIRKIS, 2008, p. 293.

27 Ibidem, p.294.

28 Ibidem, p. 345.

capital estrangeiro no país.

Sirkis descreve um embaixador bem-humorado e disposto a colaborar com o plano:

Acharam graça quando alguém lhe tinha dito que era o mais valioso de todos os embaixadores. A Suíça, quem diria. À medida que jogávamos longas partidas de alternadas vitórias, eu sentia o rosto coçar cada vez mais, sob a fazenda suada do capuz. No início eram três furinhos. Um pra cada olho e um para respirar. Foram crescendo até se transformar num único, grande. Meu rosto já praticamente aparecia, mas o pano negro continuava a esquentar terrivelmente e penicilar as partes cobertas. Libertei-as de rasgão. Pouco depois, entraram na sala os outros e fiquei meio inquieto de estar com a cara destapada. Mais uma crítica? Lamarca já estava de bom humor e teve um acesso de riso. Ivan também se divertiu com aquele capuz desfeito e minha cara de fora. Bucher já vira praticamente todo mundo e decidimos, naquela hora, abolir os capuzes. Não acreditávamos que, uma vez em liberdade, ele aceitasse colaborar com a polícia na nossa identificação. Ao contrário do alemão, que pedira ao Bacuri que pusesse o capuz – “I don't want to see faces” – Bucher ficou contente com os rostos descobertos. Dava-lhes uma aparência muito sinistra. Prefiro ver as caras. Imaginava-os mais velhos. Que idade vocês tem? O mais velho era Lamarca, com 32 anos. Daniel andava pelos 24, Ivan 21, e eu 20, revelamos-lhe. Ele ficou matutando, de novo, e mais tarde, quando estávamos sozinhos de novo, perguntou: – Será que vale a pena entrar nessa vida com 20 anos? Arriscar a vida por uma causa política? Você realmente está convencido de que pode mudar as coisas? Está realmente convencido disso? Eu estava²⁹.

O governo brasileiro concordou em libertar setenta presos políticos, mas negou diversos nomes exigidos pela lista, por terem participado de sequestros, cometido homicídios, condenados a prisão perpétua. Isso fez com que o grupo ficasse dividido em relação à posição a ser tomada. Enquanto Sirkis defendia a libertação do embaixador suíço, a maioria defendia o seu assassinato, para mostrar ao governo brasileiro que eles não recuariam³⁰.

Por fim, o líder do grupo, Carlos Lamarca, em posição influenciada por Sirkis, veta a decisão da maioria e ordena a libertação do embaixador.

29 SIRKIS, 2008, p. 356.

30 Ibidem, p. 373.

Após o fim do sequestro, Sirkis decide desligar-se da VPR e partir para o exílio, escolhendo o Chile para abrigar-se. Descreve o momento da decisão, enquanto estava no cinema:

Os atores iam acontecendo na tela, mas eu assistia a outro filme. De terror, silencioso, em cinerama interior. Queria conhecer o mundo, viajar por aí. Mas não vou. Breve, o apagar da vida, como de uma lâmpada. No meio de uma balaceira, ou pior, muito pior, numa sala de torturas, totalmente nas mãos deles. Ou na melhor das hipóteses, depois de tudo, passar uma vida preso, enjaulado, feito uma fera. Porque perdemos. E se eu não aguentar o pau? E se eu abrir? Se eu provocar quedas, mortes? Nessas alturas do campeonato, não dá mais para mistificar. Não abriu nada quem morreu no pau³¹.

Naquele momento, Sirkis, ou Felipe, seu codinome na guerrilha, decidira pelo “desbundamento”, expressão utilizada por aqueles que abandonavam à causa. Descreve que ainda acreditava na Revolução, na redenção dos explorados e oprimidos, numa vida melhor para o povo brasileiro. Entretanto, não acreditava mais na esquerda armada, na guerrilha urbana, na VPR³². Assim, Sirkis termina o livro contando detalhes de sua viagem e chegada no Chile. Cabe lembrar que ele escreve o livro em 1979, em Portugal, pouco antes do retorno para o Brasil, por ocasião da anistia política.

Nos relatos em que descreve os sequestros dos embaixadores, Sirkis aposta no embate de ideias, afirmando que os respectivos países, Alemanha e Suíça, teriam responsabilidade pela crise brasileira ao se beneficiarem do capital estrangeiro e dos trabalhadores brasileiros.

Quando questionado pelo embaixador alemão sobre o uso da violência em que este fora tratado, e responder que pelo visto a violência resolvia, pois conseguiu colocar e manter o governo ditatorial no poder, Sirkis enfrenta um dilema moral que não conseguia resolver enquanto permanecia na VPR. É notável no texto que ele não tinha interesse em usar violência para lutar contra o regime.

Ao contrário de seus companheiros, lamentou a morte dos guarda-costas dos embaixadores alemão e suíço, e foi um dos poucos que se posicionou veemente contra o assassinato do suíço. Entretanto, Sirkis não admite possuir este dilema interno, apenas quando parte para o exílio, em 1971, afirma que não tinha mais fé na luta armada, na VPR.

31 SIRKIS, 2008, p.423

32 Ibidem, p.424

Na escrita dos seus testemunhos, Sirkis permanece firme em sua posição contra a ditadura civil- militar e a opção pela causa, mas declina na sua participação na guerrilha, na luta armada, e não consegue justificar sua permanência no grupo. Ressalta várias vezes que teve conflitos com outros guerrilheiros justamente por esses terem uma posição extrema em relação aos sequestros e possíveis assassinatos.

Nesse momento, após a transcrição dos relatos de Sirkis, faz-se necessário analisar o contexto em que os guerrilheiros estavam inseridos, bem como a sociedade civil e os chamados “anos de chumbo”. Denise Rollemberg analisa um processo que define como “esquecimento das memórias”, em especial no caso das guerrilhas. Para esta autora:

A luta armada e a sociedade, dois mundos paralelos, desconhecidos um do outro; a vanguarda querendo transformar o que desconhecia, indiferente aos valores, às aspirações que moviam os indiferentes na direção oposta. Olhos cegos, ouvidos moucos, num contato impossível. Passados os anos, dois mundos ainda paralelos. De um lado, a ditadura e os crimes. De outro, a sociedade que os desconhecia. Esta dualidade tem sido um eixo central das memórias, da construção da memória coletiva da luta armada e da ditadura.³³

Rollemberg explicita, dessa forma, que a luta armada, por meio da VPR, não atuava numa harmonia com os anseios da sociedade, uma vez que ambos os lados desconheciam um ao outro. Obviamente, isso se deve a falta de informação dos eventos que aconteciam, o acobertamento dos crimes cometidos pela ditadura: as torturas e os assassinatos praticados eram desconhecidas da maior parte da população, que uma vez não os conhecendo, não apoiavam uma reação mais forte contra a ditadura, como o realizado pela VPR.

Rollemberg também aponta uma interessante questão sobre o papel das narrativas das esquerdas revolucionárias. Para ela, “ao narrarem a experiência da luta armada sem olhos de ver, mantendo a interpretação da época, reafirmando-a hoje, contribuem para o esquecimento ou com um lembrar que esquece”³⁴.

Essa afirmação da autora nos leva a refletir que a narrativa dos envolvidos devem abranger mais do que apenas o acontecido no momento, a narrativa do crime. É preciso que surjam mais perguntas que analisem os

33 ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p. 90.

34 Ibidem, p. 89.

ocorridos em um contexto, que nos leve a pensar nas consequências, nas possibilidades, nas razões.

Se faz necessário discutirmos o significado e o peso que a memória e a história têm neste caso. Segundo Paul Riceur:

A defasagem entre a história e a memória se aprofunda na fase explicativa, na qual todos os usos disponíveis do conectivo “porque” são postos à prova. Obviamente, o acoplamento entre a explicação e a compreensão, que não paramos de enfatizar, continua a preservar a continuidade com a capacidade de decisão exercida pelos agentes sociais em situações de indecisão e, por esse viés, a continuidade com a compreensão de si tributária da memória. Mas o conhecimento histórico dá à vantagem a arquitetura de sentidos que excedem os próprios recursos da memória coletiva: articulação entre conhecimentos, estruturas e conjunturas, multiplicação das escalas de duração da história em múltiplos planos, econômico, político, social cultural, religioso, etc.³⁵

Dessa forma, entendemos como memória e história, apesar de correlacionadas, possuem características próprias em que se diferem. Como afirma o autor, é o próprio conhecimento histórico que possibilita meios da memória articular-se com demais processos e formas de lembrar um fato ocorrido. O conhecimento histórico se faz necessário para que a memória não seja tomada como verdade, por si só.

Analisando nesse momento a forma como a esquerda armada descreve sua atuação, retomaremos o trabalho de dois autores já citados no artigo: Denise Rollemberg e Vitor Amorim de Angelo. Rollemberg reconhece a importância da escrita da memória da esquerda armada para o país, ao mesmo tempo em que argumenta que essa escrita baseou-se no caráter de defesa pela democracia e contra o autoritarismo, quando deveria focar nos aspectos centrais das esquerdas e dos embates travados pelos movimentos sociais que já seguiam essa opção ainda antes do golpe militar.

Obviamente, com o golpe e o AI-5 o quadro político se redefiniu e o combate armado se intensificou, mas a tese de Rollemberg é que a luta armada da esquerda não teve seu início no golpe, mas sim antes deste. A autora questiona qual a dificuldade da esquerda revolucionária enfrentar a luta armada como uma opção própria, e chega à conclusão que na construção da memória, há um problema em explicar “o isolamento para o qual a

35 RICEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 504.

luta armada caminhou, na qual se perdeu e sucumbiu”³⁶.

Seguindo um raciocínio semelhante, Vitor Amorim de Angelo afirma que apesar da deflagração da luta armada ocorrer no período de exceção, a “opção pela luta armada não foi apenas um reflexo da instalação da ditadura nem uma consequência direta da suposta inexistência de canais de oposição política”³⁷.

Assim, podemos concluir que a luta armada teve sua principal expressão na ditadura militar, e que na memória dos seus combatentes, estes a fizeram unicamente como forma de defender a democracia. No entanto, como visto, o início da luta armada no Brasil ocorreu antes do golpe de 1964, e esse fato vem sendo omitido pelas memórias dos combatentes, assim como ocorreu no caso de *Os Carbonários*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Obra *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis, merece a classificação de clássico da literatura dos anos de chumbo, e os prêmios que a obra recebeu, pela riqueza de detalhes e por uma excelente narrativa, que prende o leitor em sua história, cativa o leitor por sua causa, e denuncia os crimes e a violência imposta pela ditadura civil-militar brasileira.

Descrevendo sua entrada no movimento estudantil, sua crescente liderança e mudança ideológica, conflitos com a família, e todas as relações que fizeram parte deste período, o autor demonstra convicção na posição que adotara contrária a ditadura e na luta pelos direitos humanos.

A questão analisada no texto vai ao encontro do que ocorre nas demais obras sobre a luta das esquerdas armadas: a dificuldade em reconhecer que a opção pela luta armada ocorreu não apenas por ocasião do golpe civil-militar de 1964, uma vez que esta iniciou em um período anterior ao golpe. Como afirmou Rollemberg, esta dificuldade está relacionada ao fracasso das guerrilhas, que não alcançando seu objetivo primordial, a derrubada do governo, acaba pecando nas escritas de suas memórias ao deixar de aprofundar-se em questões centrais do próprio movimento de esquerda.

De toda maneira, a leitura de *Os Carbonários* é imprescindível para todos que desejarem conhecer a luta armada contra a ditadura brasileira nos Anos de Chumbo. A coragem de Sirkis, que com apenas 20 anos de idade propôs-se a entrar em uma luta em que corria risco iminente de morte, é

36 ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

37 ANGELO, 2014, p. 67.

inspiradora em tempos em que uma onda conservadora e fundamentalista adentra o país e distorce a história desta época complexa da história brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, Vitor de Amorim. Esquerda armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica recente. *Dimensões*, v. 32, 2014.
- ELMIR, Cláudio. O caso Binjamim Wilkomirski: a dupla invenção da memória. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.28, p. 41-55, dez. 2008.
- ELMIR, Cláudio. A palavra como um bisturi. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ROLLENBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PIERRON, Jean-Philippe. *Transmissão: uma filosofia do testemunho*. São Paulo: Loyola, 2010.
- RICEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Companhia das Letras, 2007.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.